

“Realizamos progressos importantes; esperamos anunciar algo para breve”

por Christina Lamb
do Financial Times

O principal negociador da dívida brasileira declarou ontem que espera anunciar em breve um acordo de reestruturação da dívida de médio prazo, superior a US\$ 40 bilhões, do governo junto aos bancos internacionais.

Em declarações feitas ontem ao Financial Times, Pedro Malan disse que “realizamos progressos bastante importantes e não restam mais obstáculos significativos... esperamos anunciar alguma coisa para breve”.

Malan iria encontrar-se ontem à noite, em Nova York, com a Comissão Consultiva Plena dos Bancos Credores.

Segundo banqueiros, existem importantes diferenças a ser solucionadas, entre elas os juros a serem pagos sobre um tipo de bônus a ser emitido no cenário da reestruturação.

A reestruturação se fará segundo as linhas do Plano Brady, de acordo com o qual os bancos terão a chance de trocar a dívida existente por uma variedade de bônus preferenciais, alguns dos quais incorporam garantias de pagamento do principal e dos juros. Os bancos também podem optar por fazer novos empréstimos.

Foi aceita por ambas as partes uma taxa de desconto de 35%, a mesma conseguida pelo México na histórica reestruturação de sua dívida, dois anos atrás.

Serão cobertos pelo acordo cerca de US\$ 40 bilhões



Pedro Malan

em dívidas anteriormente reescaladas, além de US\$ 3,3 bilhões em novas dívidas contraídas em 1988 e que serão tratadas em condições mais favoráveis. O Brasil tem a maior dívida externa do Terceiro Mundo, atingindo US\$ 116,2 bilhões ao final de 1990.

Segundo um banqueiro, os mais importantes bônus preferenciais ofertados incorporarão uma garantia de doze meses de pagamento de juros e do principal.

Um ponto de negociação difícil têm sido o volume e o cronograma das garantias sobre os novos bônus. Os brasileiros, agora, ofereceram US\$ 3 bilhões em garantias, numa iniciativa baseada na espetacular elevação de suas reservas cambiais, estimadas em mais de US\$ 13 bilhões.

Os banqueiros disseram que o governo brasileiro solicitou um empréstimo-ponte de US\$ 700 milhões dos bancos para ajudar a financiar as garantias.